

Acordo prevê votação do Código Florestal e de MPs na próxima semana

Os líderes partidários das maiores bancadas na Câmara fecharam acordo para iniciar na próxima terça-feira, em sessão extraordinária às 10 horas, a votação do projeto do novo Código Florestal (PL 1876/99). O consenso foi alcançado após negociações entre líderes da base aliada e da oposição, representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária e o relator da proposta, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Pelo acordo, após a votação do código, na terça ou na quarta-feira, entram em pauta as medidas provisórias 517/10 e 521/10, ambas de interesse do Executivo - a 521 recebeu uma emenda da relatora, deputada Jandira Féghali (PCdoB-RJ), que cria o Regime Diferenciado de Contratações, com novas regras para licitações de obras da Copa do Mundo e da Olimpíada. Com isso, a oposição e a bancada ruralista garantem a votação do código, e o governo, das MPs.

Segundo o líder do PMDB, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), até terça o governo vai negociar ajustes no texto com Aldo Rebelo. "Essa é uma questão que não é apenas dos ruralistas, do governo ou da oposição, é uma questão que essa Casa quer decidir", disse.

A presidente em exercício da Câmara, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), agradeceu aos parlamentares pelo acordo, que possibilitou votações após uma semana de entraves. "Essa foi mais uma demonstração de que, com gestos de democracia e humildade de todas as partes, se promove o entendimento", afirmou.

Emenda - Pelo acordo, será destacada durante a votação do novo Código Florestal a emenda de Plenário 164, de autoria dos deputados Paulo Piau (PMDB-MG), Homero Pereira (PR-MT), Valdir Colatto (PMDB-SC) e Darcísio Perondi (PMDB-RS). Caso seja aprova-



Rose de Freitas, durante a sessão plenária, agradeceu aos parlamentares pelo acordo.

da, o Executivo perderá a prerrogativa de estabelecer por decreto as hipóteses de intervenção dentro de áreas de proteção permanente (APPs), cumpridos os requisitos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental.

A emenda também dá aos estados, por meio do Programa de Regularização Ambiental, o poder de estabelecer, além de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e turismo rural, outras que po-

dem justificar a regularização de áreas desmatadas. Os ambientalistas criticam a inclusão da atividade pastoril entre as hipóteses de desmatamento dentro de APPs, porque temem abrir uma brecha para a pecuária em áreas que deveriam estar protegidas.

Para o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Moreira Mendes (PPS-RO), a emenda "fará o clareamento da consolidação

das áreas ocupadas, mas não leva para os estados a responsabilidade pela regularização ambiental, como queríamos. É uma coisa que fica ainda meio na dúvida, mas é o avanço possível". Ele acrescentou, no entanto, que a emenda leva à conclusão de que, no mínimo, esta responsabilidade seja dividida entre a União e os estados, por meio do Programa de Regularização Ambiental.

Obstrução - O líder do PV, deputado Sarney Filho (MA), disse que seu partido não participou do acordo e fará tudo o que puder para evitar a votação, inclusive obstruir as sessões. Ele lamentou que o acordo tenha ocorrido no mesmo dia em que a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, anunciou que o desmatamento na Amazônia está fora de controle. O Psol deve se somar ao PV nessa obstrução.

Sarney Filho e o deputado Ivan Valente (Psol-SP) disseram que o governo fez o acordo em troca do fim da pressão para a convocação, pela Câmara, do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, para prestar esclarecimentos sobre evolução patrimonial (leia mais na pág. 4). "Eu não vi nenhuma troca de favores. Os requerimentos foram apresentados e votados, nenhum deles foi retirado", disse a presidente Rose de Freitas. O líder do governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP), lembrou que a convocação de Palocci havia sido derrotada antes do acordo.

O líder do DEM, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), disse que somente após encerrada a votação do código as MPs poderão entrar em pauta. O PSDB adiantou que fará dois destaques para votação em separado durante a análise da MP 517/10. Ontem, o relator, deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), incluiu 31 artigos no texto.